

Justiça analisa pedido de redução do pedágio

Artesp diz que Operação 2x8 é necessária

TATIANE CALIXTO
DA REDAÇÃO

A decisão de reduzir ou não a tarifa do pedágio em dias de Operação Subida no Sistema Anchieta-Imigrantes (SAI) está nas mãos da Justiça. O Ministério Público do Estado e o Procon Santos ingressaram com ação civil pública pedindo que a Justiça obrigue a Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp) e a Ecovias a reduzirem a tarifa, em 60% ou 30%, quando a operação estiver em vigor.

O documento, com pedido de tutela de urgência, só diz respeito à questão tarifária decorrente da implantação da Operação Subida. Neste caso, o SAI opera apenas com apenas a Pista Sul da Via Anchieta para a descida e deixa disponíveis a Pista Norte da Anchieta e as Norte e Sul da rodovia dos Imigrantes.

A obrigação de reduzir o valor do pedágio, conforme se solicita na ação, só valeria para automóveis de passeio. Caso o juiz aceite diminuir a tarifa em 60%, o preço para quem se dirigisse à Baixada em dias de Operação Subida seria de R\$ 10,96 (o preço é de R\$ 27,40). A outra opção, de 30%, deixaria o valor cobrado em R\$ 19,18. Em caso de descumprimento, poderia haver multa de R\$ 500 mil por situação.

O documento também prevê multa no mesmo valor caso Artesp e Ecovias estabeleçam reajuste das tarifas cobradas como forma



MP e Procon Santos propõem redução de 60% ou de 30% quando a Operação Subida 2x8 estiver em vigor no Sistema Anchieta-Imigrantes

de compensar a redução do valor em dias de Operação Subida, "ao menos até que seja realizada prova pericial capaz de atestar eventual necessidade de algum reequilíbrio econômico financeiro".

EM CONJUNTO

"É uma ação conjunta entre o MP e o Procon de Santos, fruto da representação que nós instauramos em 2017, após uma audiência pública feita na Câmara de Santos, presidida pelo vereador Bruno Orlandi (PSDB)", lembra o chefe do Procon,

Rafael Quaresma.

Ele afirma que, desde então, tentou-se um acordo, mas sem sucesso. Por isso, o inquérito prosseguiu, e seu desfecho seria propor a ação civil pública.

"Até então, nunca se aventou a possibilidade de trabalhar essa relação como sendo de consumo e, assim, aplicar o direito do consumidor. O que sempre se teve eram questões relacionadas ao contrato. Atualmente, é pacificado o entendimento de que usuário do sistema é consumidor para fins legais, então, ele faz jus

HISTÓRICO

Em 2017, o MPE instaurou um inquérito com base no teor de uma audiência pública na Câmara de Santos. Em 2018, o processo foi paralisado por nove meses em razão de recurso interposto pela Ecovias e, depois, rejeitado pelo Ministério Público. No ano passado, houve reuniões com as partes, mas não se chegou a um acordo.

a uma redução do preço quando o serviço perde em qualidade", diz Quaresma. É, quando a Operação Subi-

da é implantada, é exatamente isso o que acontece, na visão do chefe do Procon Santos.

Da mesma forma pensa o vereador santista Bruno Orlandi (PSDB). Ele esteve à frente de uma comissão especial sobre o SAI, que também debateu o assunto da redução da tarifa.

"Nós demos o pontapé inicial e esgotamos o que poderíamos fazer na nossa esfera. Agora vamos acompanhar de perto como ficará a situação porque o motorista acaba ficando sem escolha", afirma o vereador.

Em nota, a Artesp reafirma que a Operação Subida (2x8) é realizada somente em situações necessárias, para a maior fluidez possível no Sistema Anchieta-Imigrantes e com maior número de faixas de rolamento no sentido com maior tráfego.

"As rodovias Anchieta e Imigrantes não operam isoladamente, e sim, como um sistema compartilhado por todos os usuários que trafegam entre a Baixada Santista e a Região Metropolitana de São Paulo, para atender da melhor forma possível em ambos os sentidos da viagem e com a mesma qualidade na prestação de serviços", diz, em nota.

A agência ressalta que todas as operações são homologadas pela agência e pela Polícia Militar Rodoviária. A Artesp afirma, ainda, que as operações não visam apenas à melhoria do trânsito no Sistema Anchieta-Imigrantes, mas são fundamentais para evitar o travamento do trânsito nas cidades da Baixada Santista. Se o tráfego não for absorvido de maneira rápida pela rodovia, se manterão os carros nas vias urbanas, que ficarão congestionadas.

A Ecovias informa que não foi comunicada oficialmente e, portanto, não tem conhecimento da ação judicial.



Sindest acionará Prefeitura de Santos

» O Sindicato dos Servidores Estatutários Municipais de Santos (Sindest) acionará judicialmente a prefeitura, nos próximos dias, por descumprimento de acordo coletivo de trabalho.

O presidente do sindicato, Fábio Marcelo Pimentel, explica que o prefeito Paulo Alexandre Barbosa (PSDB) não cumpre a parte do acordo assinado em 2019 sobre os empregados em cemitérios.

O prefeito, segundo ele, ficou de enviar à câmara municipal projeto de lei para conceder gratificação de R\$ 600 aos trabalhadores: “Enrolou o ano inteiro e não cumpriu”, reclama o sindicalista.

“O sindicato não trata mais desse assunto”, diz Fábio. “Acordo é feito para ser cumprido. Está assinado pelo prefeito e vamos executá-lo judicialmente. Não pagou por bem, vai pagar por mal, na marra”.

“O político, quando promete e não cumpre, a resposta vem no voto. O patrão, quando não cumpre o acordo coletivo, a lei obriga a cumprir”, compara o sindicalista.

Fábio reconhece que a prefeitura cumpriu pontos do acordo com outros segmentos do funcionalismo e atendeu algumas reivindicações fora da pauta da campanha salarial

O presidente do Sindest pondera que os trabalhadores acreditaram no prefeito e diz que alguns até compraram utensílios que necessitavam por conta do prometido.

CATEGORIA INDUZIDA.

Ele salienta ainda que a assembleia de fechamento do acordo aceitou a proposta financeira em função de melhorias nos benefícios de alguns segmentos do funcionalismo.

“A categoria foi induzida a aceitar uma proposta financeira menor e, no caso dos cemitérios, o benefício acabou não acontecendo. Não conversamos mais sobre o assunto”. (DL)